

Previsão para o IPCA de 2026 sobe pela 12ª semana

Cenário do Boletim Focus reflete escalada de incerteza com guerra no Oriente Médio, que provoca disparada nos preços do petróleo

/ CONJUNTURA

A mediana do relatório Focus para o IPCA de 2026 aumentou pela 12ª semana consecutiva, de 5,04% para 5,09%, distanciando-se ainda mais do teto da meta perseguida pelo Banco Central (BC), de 4,50%. O movimento reflete a escalada das incertezas com a guerra no Oriente Médio, que provocou uma disparada nos preços do petróleo.

A estimativa intermediária do mercado para o IPCA de 2027 subiu pela segunda leitura seguida, de 4,01% para 4,02%. Um mês antes, era de 4,00%.

A mediana do Focus para a inflação de 2028 aumentou de 3,65% para 3,66%. Há um mês, era de 3,64%.

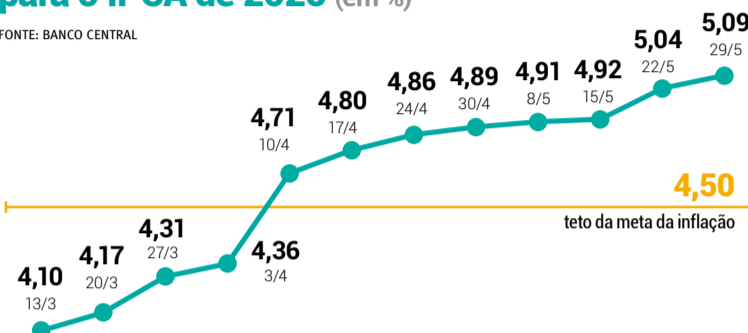
A trajetória prevista pelo mercado segue acima da esperada pelo Banco Central, mesmo depois da revisão das estimativas do Comitê de Política Monetária (Copom) na reunião de abril. Na ocasião, o colegiado aumentou a projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2026, de 3,9% para 4,6%, e para o IPCA de 2027, atual horizonte relevante da política monetária, de 3,3% para 3,5%.

A partir de 2025, a meta de inflação passou a ser contínua, com base no IPCA acumulado em 12 meses. O centro é de 3%, com tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos. Se a inflação ficar fora desse intervalo por seis meses consecutivos, considera-se que o BC perdeu o alvo.

Apesar de ver o aumento da inflação, os especialistas mantiveram a previsão da Selic em 13,25% neste ano e de um corte de 0,25 ponto percentual na reunião entre 16 e 17 de junho. A perspectiva para a taxa de juros nos três anos seguintes seguiu

Projeção do mercado financeiro para o IPCA de 2026 (em %)

FONTE: BANCO CENTRAL



em 11,25% (2027) e 10% (2028 e 2029).

O boletim Focus também mostrou que a expectativa para

o dólar caiu de R\$ 5,17 para R\$ 5,16, enquanto o Produto Interno Bruto (PIB) subiu de 3,89% para 3,9%.

Governo tem preocupação com eventuais novas tarifas dos EUA, afirma Durigan

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, disse, ontem, que o governo federal está preocupado com a possibilidade de uma nova rodada de tarifas sobre bens brasileiros pelo governo norte-americano, devido às investigações com base na Seção 301 da Lei de Comércio daquele país.

“Tem uma preocupação do

nosso governo com eventuais novas tarifas que podem ser impostas de maneira unilateral, muitas vezes não considerando o que levamos de bons argumentos para os norte-americanos”, disse o ministro, durante entrevista ao canal SBT News.

Durigan reforçou que as autoridades brasileiras têm feito um

esforço para fornecer aos Estados Unidos informações sobre os pontos investigados com base na Seção 301, inclusive o desmatamento e os impactos do Pix.

Ele negou que o sistema de pagamentos prejudique empresas norte-americanas que atuam no País.

“O Pix não é pensado para

ser um produto que vai concorrer e vai diminuir a presença na economia de empresas. Ao contrário, empresas norte-americanas mesmas têm nos dito, e a gente tem levado isso aos Estados Unidos, que o Pix aumentou as transações no País. Então, as empresas estão sendo beneficiadas”, disse Durigan.

Segundo o ministro, a prioridade do governo é proteger empresários brasileiros que têm relação com os EUA.

Ele argumentou que essas empresas não podem sofrer prejuízos por causa de uma “razão política”, sem mencionar nominalmente a oposição ao governo Lula.

Prejuízo dos Correios cresce 82,3% e vai a R\$ 3,2 bilhões no 1º trimestre de 2026

/ BALANÇO

Os Correios tiveram um prejuízo de R\$ 3,16 bilhões no primeiro trimestre de 2026, segundo demonstrações financeiras divulgadas pela empresa estatal. O rombo é quase o dobro (82,3%) do observado em igual período do ano passado, quando o resultado ficou negativo em R\$ 1,7 bilhão.

Em processo de reestruturação, a companhia registrou queda em suas receitas, mas também conseguiu reduzir custos operacionais.

O resultado também foi influenciado pelo reconhecimento de uma dívida potencial de R\$ 1,06 bilhão decorrente de ações trabalhistas. O impacto havia sido retirado do balanço pela administração anterior da empresa, gerando questionamentos internos e também de órgãos de controle, como o Tribunal de Contas da União (TCU).

O rombo vem após os Correios acumularem um prejuízo de R\$ 8,5 bilhões em 2025, o pior desempenho já registrado pela empresa, que está com as contas no vermelho desde 2022.

Sob novo comando desde o fim de setembro de 2025, quando o presidente Emmanoel Rondon assumiu a presidência dos Correios, a companhia obteve no ano passado um empréstimo de R\$ 12 bilhões com aval da União (que honrará os pagamentos em caso de inadimplência) para tentar regularizar passivos e bancar seu plano de reestruturação, cujo objetivo principal é tornar a empresa sustentável financeiramente no futuro.

O processo de regularização das dívidas acumuladas em períodos anteriores contribuiu para piorar o resultado da empresa. As receitas, por sua vez, ainda não exibiram a melhora esperada pelo comando da companhia.

Segundo o balanço, a receita bruta de vendas e serviços somou R\$ 4,04 bilhões no primeiro trimestre de 2026, uma queda nominal de 2,2% em relação ao observado de janeiro a março de 2025 (R\$ 4,13 bilhões). A receita líquida, após dedução de impostos e descontos, seguiu a mesma tendência.

Na análise por segmento, houve recuo nominal nas três principais fontes de receitas dos Cor-



Rombo vem após a estatal acumular perdas de R\$ 8,5 bilhões em 2025

reios: encomendas, mensagens e postagens internacionais. Juntas, elas representam quase 90% do faturamento da empresa. Apenas o segmento de outras receitas apresentou alta de 48%, para R\$ 465 milhões.

Os custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados tiveram uma queda nominal de 7,6%, passando de R\$ 4,01 bilhões no primeiro trimestre de 2025 para R\$ 3,7 bilhões em igual período deste ano.

A conta inclui as despesas

com pessoal, que tiveram um recuo de 4,1% na mesma comparação (de R\$ 2,8 bilhões para R\$ 2,7 bilhões), mesmo com o reajuste de 5,1% nos salários acordado com a categoria no ano passado. Segundo a companhia, o PDV (programa de demissão voluntária) implementado em 2024 contribuiu para a redução dos gastos.

Por outro lado, os Correios registraram um aumento significativo nas despesas gerais e administrativas, que incluem provisões para perdas judiciais.

A empresa relatou ter revisado a classificação de ações trabalhistas, o que resultou em acréscimo de R\$ 1,06 bilhão nessa conta. A fatura total relacionada a processos subiu de R\$ 3,6 bilhões no fim de 2025 para R\$ 4,66 bilhões em março deste ano. “O aumento deve-se à reavaliação dos processos judiciais decorrente da evolução de seus andamentos e da atualização dos entendimentos jurisprudenciais, bem como de ajustes na classificação dos riscos e da atualização das estimativas de desembolsos futuros. Esses fatores influenciam o valor provisionado e a composição das contingências por natureza e nível de risco dos processos”, diz o balanço.

A inclusão foi feita após uma polêmica em torno do tema. A gestão anterior, de Fabiano Silva dos Santos, revisou o balanço da empresa de 2022 (referente ao governo do ex-presidente Jair Bolsonaro) para incluir uma provisão de R\$ 1 bilhão para pagar indenizações judiciais a funcionários, mas não contemplou o mesmo valor nas demonstrações de 2023, sob a justificativa de que a estatal havia obtido uma vitória no curso da ação.